

A umbanda como patrimônio cultural material e imaterial

Gracielle Rafaela Campos Baldiotti¹

Terezinha Richartz Santana²



RESUMO

Embora a Constituição de 1988 consagre a laicidade do Estado brasileiro e garanta liberdade de crença e de atuação em cultos religiosos, muitas pessoas ainda agem de forma preconceituosa em relação as religiões afro-brasileiras. A escravidão impôs aos negros, a cultura europeia e cristã, destruindo, de alguma forma, a identidade social e religiosa negra, visto que ainda hoje, existem aqueles que concebem a

Umbanda como uma seita, o que lhe diminui o status de religião. Por esse motivo, o objetivo do artigo é mostrar a sua importância e apresentar elementos que a reconheçam como patrimônio material e imaterial do Rio de Janeiro, servindo, assim, como resgate à sua identidade, o que preserva e respeita a ancestralidade negra a fim de repassá-la às gerações futuras. A partir dessa perspectiva, o estudo bibliográfico será guiado por embasamento teórico sob o olhar de autores e suas respectivas obras, como: Rubens Saraceni, em: “Consagrações umbandistas: livro de fundamentos”; Rubens Saraceni e Lurdes de Campos Vieira, com o “Manual doutrinário, ritualístico e comportamental umbandista”; Elder Patrick Maia Alves com o artigo “Diversidade Cultural, Patrimônio Cultural Material e Cultura Popular: a Unesco e a Construção de um Universalismo Global” e Renato Ortiz, “A morte branca do feiticeiro negro”.

Palavras-chave: Umbanda. Patrimônio material. Patrimônio imaterial.

¹ Aluna do Programa de Mestrado em Letras – Linguagem, Cultura e Discurso da Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR). Email: graciellebaldiotti@hotmail.com

² Doutora em Ciências Sociais (PUC/SP); Professora do Programa de Mestrado em Letras - Linguagem, Cultura e Discurso da Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR). Email: terezinha@unincor.edu.br

1 Introdução

Vivemos em um momento paradoxal. Por um lado, a globalização e a padronização cultural cada vez mais evidente com o avanço da tecnologia; por outro, o incentivo à diversidade cultural, o respeito às minorias e às identidades locais. Por isso, justifica-se estudar através de pesquisa bibliográfica, a Umbanda – religião genuinamente brasileira, que incorporou elementos de várias religiões existentes no Brasil, por ocasião de seu surgimento para compor a espinha dorsal de um novo culto religioso.

A Umbanda surge com os negros escravizados, que, à época, adoram seus deuses e fazem referência aos santos católicos por serem proibidos de cultuar os deuses africanos. Acredita-se que os negros colocavam suas imagens dentro das dos santos católicos para que não fossem castigados pelos senhores das fazendas.

Estudos apontam que a Umbanda foi anunciada em 1908, quando Zélio Fernandino de Moraes, incorporado pelo Caboclo das Sete Encruzilhadas, aparece numa sessão espírita Kardecista e anuncia a nova religião. O nome dado à casa de culto foi: “Tenda Nossa Senhora da Piedade”, onde, “da mesma forma que Maria ampara nos braços o filho querido, também serão amparados os que se socorrem da UMBANDA” (SARACENI, 2003, p. 23)

Além do catolicismo, o Kardecismo, o Candomblé e as tradições indígenas contribuem na formação da religião umbandista, formando, assim, o sincretismo religioso. Essa mistura de crenças é decorrente da colonização e da escravidão, o que não torna a Umbanda reconhecida por todos os indivíduos como uma religião, já que no Brasil até 1988, a religião oficial é o catolicismo. Diante desse cenário, pergunta-se: quais elementos da religião umbandista, considerados como patrimônio cultural material e imaterial dão identidade ao povo negro?

2 Patrimônio cultural: resgate e preservação da memória dos negros

O termo “patrimônio” deriva de família, se referindo aos bens que são deixados de pais para filhos, chamados de herança (BRASIL, 2002). Assim também acontece com os patrimônios públicos, que são heranças de um povo, ultrapassando gerações.

Sob o olhar instrutivo, bens culturais materiais e imateriais são reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil, transmitidos de geração em geração, caracterizando continuidade, promovendo, então, o respeito à diversidade artística. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014).

Alves (2010) defende que a adoção de ações que protejam a diversidade e identidade local, é uma forma de enfrentamento ao mercado de consumos culturais globais, que trazem o perigo da homogeneização, estandardização dos universos simbólicos e dos códigos identitários.

Nesse cenário, a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco, firmada em 2003, considera que fazem parte do patrimônio

cultural imaterial: as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – além dos instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais –, que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos, reconhecem como parte integrante do seu patrimônio imaterial, que é transmitido de geração em geração e permanentemente recriado pelos grupos, gerando um sentimento de identidade e continuidade. Assim, colaboram para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. O patrimônio imaterial se manifesta, portanto, nos seguintes campos: a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; b) expressões artísticas; c) práticas sociais, ritos e atos festivos; d) conhecimentos e práticas relacionadas à natureza e ao universo; e) técnicas artesanais tradicionais (2003 apud ALVES, 2010, p. 551-551).

A partir desse conceito, pode-se afirmar que as tradições e expressões orais – práticas sociais, ritos e atos festivos da Umbanda – contém elementos da memória e da tradição que envolvem todo sincretismo religioso, valorizando todas as expressões religiosas do povo brasileiro e, por isso, pode ser caracterizada como patrimônio imaterial. Deste modo, transmite-se de geração em geração, devido ao fato de que os rituais são apreendidos pelos mais jovens nos terreiros, recriando-os de acordo com a realidade de cada grupo, evidenciando, também, que a tradição oral é muito presente na manutenção dos rituais, e isso gera um sentimento de identidade profundo entre seus participantes.

A religião tem uma força transformadora na sociedade, sendo que, as religiões cristãs, especialmente a católica, o Kardecismo e a crença indígena, influenciaram na formação da Umbanda, porém, declarar a Umbanda como Patrimônio cultural imaterial, é uma transformação importante, no que diz respeito à diversidade religiosa.

O governo brasileiro é signatário da Convenção da Unesco sobre a diversidade cultural aprovada em 2005, quando fica acordado

a necessidade peremptória de incorporar, na estrutura da administração cultural, o valor universalista e universalizante da diversidade cultural; o interesse de inserir o tema da diversidade no espectro maior das políticas culturais para as culturas populares; e, por fim, o desejo de liderar um processo de formação discursiva que passa pela formação e consolidação de novas categorias nativas, como indústrias da criatividade, diversidade cultural, patrimônio imaterial, entre outras. (ALVES, 2010, p. 544).

Porém, o Rio de Janeiro o primeiro estado a materializar as religiões afro-brasileiras como Patrimônio Imaterial.

O Estado do Rio de Janeiro, além do Candomblé, declarou a Umbanda como Patrimônio Imaterial do Rio de Janeiro, o que representa grande importância para os dois principais segmentos afro-brasileiros, tendo início discussões referentes ao respeito que essas religiões merecem por parte da sociedade, haja vista a importância das manifestações culturais que essas religiões pregam, muitas vezes, oralmente; e, nesse prisma, a necessidade de

se transformar, não só em Patrimônio Imaterial do Rio de Janeiro, mas em elevá-lo a nível nacional (UMBANDA..., 2016). Conforme a UNESCO:

É amplamente reconhecida a importância de promover e proteger a memória e as manifestações culturais representadas, em todo o mundo, por monumentos, sítios históricos e paisagens culturais. Mas não só de aspectos físicos se constitui a cultura de um povo. Há muito mais, contido nas tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas e em diversos outros aspectos e manifestações, transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo. A essa porção imaterial da herança cultural dos povos, dá-se o nome de patrimônio cultural imaterial. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, 2017, s/p.)

Patrimônio Cultural Imaterial ou aspectos intangíveis da cultura, são expressões de vida e tradições, que indivíduos recebem de seus ancestrais e passam a seus descendentes. Não é só de aspectos físicos que se forma a cultura de um povo, deve-se levar em consideração a sua história, os saberes, práticas sociais, folclore, lendas, músicas, costumes, tradições, celebrações e festas, que, resumidas em expressões artísticas, representam um povo. Especialmente para as minorias étnicas e indígenas, o patrimônio imaterial é a fonte que carrega tradições orais e manifestações culturais de uma comunidade ancestral preservada para dar identidade às gerações futuras. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, 2016).

A política para a cultura no ocidente tem como pilares, a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Foram criadas instituições, leis e trabalhos de inventário, conservação de monumentos, perdurando até os dias atuais. A UNESCO tem a missão de defender os patrimônios culturais, e no século XX, essa política de conservação atingiu países de tradição não ocidental, por apresentarem vasto patrimônio monumental. Houve, então, a expansão da noção de patrimônio cultural, envolvendo os bens culturais materiais e imateriais. Na Constituição de 1988 existe uma concepção ampla de patrimônio cultural; Cecília Londres cita em seu texto, O patrimônio histórico na sociedade contemporânea:

- I- As formas de expressão;
- II- Os modos de criar, fazer e viver;
- III- As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV- As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico- culturais;
- V- Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico, paleontológico e científico. (LONDRES, 2007, p. 161)

O Decreto nº 3.551/2000 é criado para as manifestações culturais imateriais, como “os saberes, as celebrações, as formas de expressão e os lugares” (LONDRES, 2007, p. 161), sendo dever do Estado, em parceria com a sociedade, preservar os patrimônios. A participação da sociedade ainda caminha a passos lentos; segundo a autora, a participação de cidadãos em órgãos de patrimônio é ainda, no Brasil, bastante restrita. A mesma autora coloca uma pergunta fundamental: “Como se desperta um ‘sentimento de patrimônio’ junto à

sociedade?”. Ela mesma responde que, cada sociedade tem seu modo de viver, suas necessidades e desenvolve um tipo de relação com o seu patrimônio.

Nas sociedades ágrafas, em que não caberia uma distinção entre vida e cultura, as técnicas de transmissão da memória se confundem com o próprio modo de viver o cotidiano. Estamos falando de sociedades organizadas pela “força da tradição”, em que gestos, palavras, rituais e práticas têm uma relação com o sagrado, com o mito. É o que os antropólogos chamam de memória vivida [...] Essa aparente fragilidade na transmissão da memória, que não se apoia em documentos ou outros bens materiais, caracterizaria, segundo uma concepção já superada, os “povos sem história”. (LONDRES, 2007, p. 162-163)

Na década de 1970, os critérios do IPHAN passam por uma reavaliação acerca da preservação dos bens culturais, entendendo que os patrimônios não se limitam apenas aos monumentos reconhecidos pela elite, mas também às manifestações culturais dos índios, negros, imigrantes, das classes mais populares, entendidas como referências culturais. O termo “referência”, etimologicamente, vem do verbo referir, pressupõe uma relação de dois termos; ao dizer que um indivíduo ou grupo perde suas referências, significa que ele caminha rumo ao desconhecido. O termo referência também passa a ser visto como verdade de um grupo, a referência cultural tem como base a antropologia, que enfatiza a diversidade de produção e o valor de cada sujeito social como produtor. Segundo a autora: “Falar em referências culturais nesse caso, significa, pois, dirigir o olhar para representações que configuram uma ‘identidade’ da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e objetos, aos ‘fazer’ e ‘saber’, às crenças, hábitos, etc.” (LONDRES, 2001, p. 87).

O Estado atribui a função aos intelectuais de cuidar, criar museus, arquivos, tomba bens etc. Na Constituição Federal, os artigos 215 e 216 se referem à proteção do patrimônio, por parte do Estado, com colaboração da sociedade. No século XX os modernistas ganham apoio do então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, mas a leitura de monumentos é precária, segundo Londres,

Em primeiro lugar, pela falta de estudos históricos voltados para a civilização material do Brasil. Em segundo lugar, pelo fato de praticamente ainda não existirem no país estudos sistemáticos de história da arquitetura e da arte brasileira que apresentassem um inventário abrangente das obras [...] e pelo fato de os vestígios materiais passíveis de serem tombados referirem primordialmente a tradição luso-brasileira [...]. (LONDRES, 2007, p. 168)

Ainda falando um pouco da década de 1970 e agora, de 1980, ocorre a busca para a inclusão dos bens e cultura indígenas e afro-brasileiras; e nesse momento, surge o decreto nº 3.551/ 2000, que cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e institui o registro de bens culturais de natureza imaterial. Com esse cenário, a continuidade histórica dos bens depende do interesse dos grupos na perpetuação da cultura e, nisso, a ação do poder público é mediadora, pois cada situação exige uma estratégia de preservação.

3 Cultura material e imaterial da Umbanda

“A Umbanda é criada num contexto de valorização do ‘ser brasileiro [...] com maior abertura às formas populares afro-brasileiras” (NASCIMENTO, 2010, p. 937), e mescla elementos de tradição religiosa africana, católica, kardecista e indígena; é ambientalista, seguindo a cultura local e, dessa forma, promove encontros multi religiosos, inter-raciais, além de ocasionar contatos entre pessoas de diferentes classes sociais e distintas bagagens culturais.

Diante disso, Umbanda, então, pode ser considerada uma religião afro-brasileira que apresenta alguns elementos africanos, originários do Candomblé, como a vestimenta branca, usada pelos médiuns na cerimônia que tem como significado, a paz, a limpeza. Colares, conhecidos como “guias”, são usados pelos médiuns, os Orixás cultuados tanto no Candomblé, quanto na Umbanda, podem ser definidos em: “[...] eram utilizadas em rituais religiosos e mágicos, assim como nas artes curativas. A antiga civilização egípcia era devotada em direcionar os sentidos em direção ao Divino” (VERDE, 2019, p. 2). e, os pontos cantados, ganham espaço nas sessões, por influência do Candomblé. De acordo com Ortiz (1999), a Umbanda promove uma síntese brasileira a partir das diversas religiões e cultos que existiram no Brasil em 400 anos de colonização, remontando suas origens em cultos às entidades africanas, como, por exemplo, o Preto Velho (espírito dos negros escravizados), aos santos católicos e entidades que foram acrescentadas por influência Kardecista, assim representando o sincretismo religioso, que, de acordo com Rosseto,

Todo o processo de sincretismo das religiões negras com outras religiões se iniciou na própria África, já no contato com o islamismo, seguindo-se a obra de expansão cristã dos missionários europeus e por último o próprio dinamismo cultural no continente africano. As religiões que chegaram ao Brasil no período do comércio de escravos já não eram puras, mas se encontravam misturadas. Dentro dessa perspectiva, é importante observar que os negros não abandonaram a sua religião, mas se apropriaram de determinados aspectos do catolicismo, como forma de ocultar a sua crença africana. (ROSSETO, 2016, p. 12).

A formação do sincretismo na Umbanda, juntou especialmente as divindades africanas ao culto dos Santos Católicos. Não obstante, o negro precisava da religião Católica para sobreviver em uma sociedade de branco dominador, em que os negros podiam preservar suas crenças no seio familiar, mas para serem inseridos num espaço maior, deveriam ter uma identidade nacional, e a identidade católica era predominante em uma sociedade em que a ideologia branca também predominava (ORTIZ, 1999). Por isso, adoravam os santos católicos, mas, na verdade, o que faziam era referência às divindades africanas.

De acordo com Leonardo Boff (1981) o termo sincretismo surgiu quando o povo de Creta, na Grécia, uniu-se para derrotar um inimigo. Mesmo tendo inimigos em comum, dentro do mesmo grupo, os cretenses decidiram se unir pelo tempo necessário, para vencer o inimigo. O sincretismo, então, passou a ser entendido como uma aliança provisória, surgiu como uma forma dos negros manifestarem sua adoração aos orixás, porém com nomes católicos. Acredita-

se hoje, que eles colocavam as imagens de seus orixás dentro de imagens católicas, para assim, não serem repreendidos pelos brancos. Isto ocorreu pelo fato de os católicos, na tentativa de aumentar os adeptos da religião, usarem a catequese como ferramenta, e mesmo no início da colonização, já se encontravam nos quilombos gestos ou ritos católicos nas celebrações negras.

O sincretismo religioso pode ser considerado como uma metáfora do processo de miscigenação da sociedade brasileira (MORAES, 2014). Desta forma, o próprio é um patrimônio imaterial, já que é a expressão da cultura afro-brasileira, reunindo elementos de diversas religiões em uma só.

De acordo com Castro (2013), era de se esperar que as religiões de origem ou influência africana fossem extintas, pela dissolução dos grupos de negros libertos da escravidão, mas o que se vê hoje é uma vasta gama de templos que, apesar de ter seus próprios rituais, ainda carregam muitos traços herdados dos africanos.

[...], apesar de vestirem uma nova roupagem, as suas divindades, o seu objeto de adoração, permanece o mesmo. A sua associação com os santos católicos parece se reunir em uma fusão de divindades criando assim uma manifestação cultural religiosa diferente daquelas iniciais. (CASTRO, 2013, p. 47- 48)

Os negros escravizados sofriam com o chamado acultramento, neste sentido, “caberia ao africano se adaptar, mesmo que não compreendesse a religião do branco e o seu deus, pois a sociedade que lhe era superior se compunha de brancos cristãos e se designava como única” (ROSSETO, 2016, p. 15).

Na Umbanda existem alguns elementos africanos, que se misturam aos brasileiros, dentre eles, pode-se ressaltar alguns descritos a seguir:

A defumação é uma forma de purificar o ambiente e as pessoas que nele se encontram, tendo como objetivo, limpar todo de “qualquer ‘carga’ ou ‘carrego’ que tenham ficado de sessões anteriores ou que tenham adentrado ao local antes do início de trabalhos espirituais” (CAMPOS, 2017, p. 15). A defumação, segundo Douglas Rainho, no texto Magia de Umbanda: fumaça, defumação e fumo, promove a conexão com a natureza, pois contém ervas de acordo com a intenção da limpeza, que pode ser para descarregar ou para prevenir contra as energias negativas externas. É também uma delimitação do espaço sagrado, pois dependendo das ervas e da localização do terreiro, pode-se sentir o cheiro e identificar que há um espaço religioso por perto. A purificação do ambiente, através da defumação com ervas, serve não só para limpeza, mas também para atrair boas energias e vibrações de acordo com a erva que está sendo queimada. Para a purificação, é necessário carvão em brasa e ervas secas. Nas sessões de Umbanda, a defumação prepara o ambiente, os médiuns e os visitantes para o trabalho. Toda energia negativa é exterminada, fazendo com que as vibrações saem do plano espiritual e as entidades possam incorporar e trabalhar.

Os ogãs são homens que não entram em transe, eles são responsáveis pela música utilizada nas sessões, porém, de acordo com André Luiz Almeida, em alguns terreiros, os ogãs “também auxiliam em outras funções importantes

da casa, como o sacrifício animal (nos terreiros de Candomblé), colheita de ervas, cozimento de oferendas, auxílio às mães e pais de santo” (ALMEIDA, 2013, p. 51). Acredita-se que se um ogã incorporar, entrar em transe mediúnico, ele pode quebrar a vibração fluídica da sessão espiritual, pois o ponto cantado, entoado por eles, auxilia na vibração para com as entidades. Tocar o atabaque é muito mais que um exercício cerebral e motor, é uma “afirmação de devoção, construída através da participação nos ritos sagrados realizados nos terreiros em diálogo com o sentimento de pertencimento ao grupo”. (ALMEIDA, 2013, p. 51).

O médium representa importante papel dentro de um terreiro umbandista. Para Saraceni, “médium é toda pessoa que sente, em um grau qualquer, a influência de espíritos” (SARACENI; VIEIRA, 2014, p. 65). A mediunidade é um veículo de comunicação entre o mundo espiritual e o material, ela é o meio mais eficiente para o resgate de carmas que se traz de vidas anteriores. Segundo o espiritismo, vive-se e revive-se na terra, carregando carmas, que são problemas ocorridos em uma vida passada e que não foram resolvidos. A mediunidade, se for bem desenvolvida, pode acelerar o processo de evolução do indivíduo, à medida que se trabalha de forma caridosa e em auxílio aos necessitados. Um médium está sempre em ligação direta com os Orixás, mesmo que ele não incorpore – o mais comum na Umbanda –, ele sempre estará ligado à vibração dos Orixás. Existem alguns tipos de médiuns, como, por exemplo, os de incorporação, que são aqueles que representam aspectos da entidade incorporada, como a voz e a linguagem. Saraceni e Vieira (2014, p. 66) afirma que eles podem ser conscientes ou inconscientes. Os conscientes são os que têm consciência do que está acontecendo, mesmo quando incorporados; já os inconscientes, não têm noção dos acontecimentos, sendo considerados mais raros.

As giras de Umbanda são reuniões com filhos de terreiros e fiéis; os primeiros diferenciando do segundo por pertencerem ao terreiro, enquanto os últimos, por frequentarem, de forma informal e não serem comprometidos com todos os preceitos da casa. Segundo Rubens Saraceni,

A função do culto e seus rituais é fazer com que, por meio da meditação, do gesto, da música tocada e cantada, da dança, etc. tenhamos uma integração cada vez maior com o mundo sagrado, trazendo a experiência espiritual para dentro de nós e ampliando nossa consciência mística. (SARACENI; VIEIRA, 2014, p. 87)

O culto religioso com doutrina é a oportunidade de aprendizagem dos fundamentos da religião, tanto para os médiuns quanto para os visitantes do terreiro. Cada casa ou terreiro escolhe seus pontos e orações que devem ser respeitados. O culto coletivo tem o objetivo de desenvolver a reflexão, a religiosidade, bem como, inspirar pensamentos pessoais; havendo, também, os cultos consagratórios, que utilizam e consagram imagens, talismãs, ervas e outros elementos, que possuem energia e valor terapêutico na cura e nas desobsessões.

Outro elemento importante são as guias – colares usados pelos médiuns para harmonizar as energias recebidas a todo o tempo. Os povos antigos

usavam colares feitos de animais, pedras, pedaços de ossos ou madeiras, conchas, unhas de animais e até cabelo. Conforme Saraceni, “[...] o uso de colares ou ‘guias de proteção’ não é uma coisa só da Umbanda ou dos cultos afros [...]” (SARACENI, 2013, p. 23). O uso dos colares deve ser visto, pelos umbandistas, como um dos fundamentos mágicos da religião, já que são consagrados pelo chefe do terreiro e pelas entidades. Após a consagração das entidades, as guias estão prontas para uso, assim os médiuns se sentem protegidos dos males presentes no caminho. As cores dos colares seguem as dos Orixás regentes, com algumas variações dependendo da região em que o terreiro se encontra. Um aspecto importante nas guias é que são circulares, têm um “espaço mágico poderoso” (SARACENI, 2013, p. 33), e por se movimentarem em volta do pescoço, são chamadas de círculos maleáveis. Sobre o espaço mágico e o círculo maleável, o mesmo autor observa que: “Os guias espirituais, quando consagram colares para seus médiuns ou para os consulentes, para serem usados como protetores, imantam esses colares com uma vibração específica que os tornam repulsores ou anuladores de projeções energéticas negativas [...]” (SARACENI, 2013, p. 34). As guias também são “condensadores energéticos, utilizados pelos Guias de Lei, para descarregar acúmulos negativos alojados nos campos eletromagnéticos” (SARACENI; VIEIRA, 2014, p. 41). Durante a sessão, as energias se condensam nas guias, que são feitas de miçangas, cristais e aço, livrando os médiuns de sobrecargas e energias negativas. São adquiridas ou confeccionadas de acordo com orientações das entidades, que sabem a necessidade do médium, devendo, então, serem tratadas com respeito, nunca colocadas no chão (a não ser que seja a pedido, ou colocadas pela entidade por algum motivo específico) e não devem ser deixadas com outras pessoas, nem levadas ao banheiro. “De tempos em tempos, é necessário descarregar as guias, segundo as orientações dadas pelas entidades ou pelos dirigentes, para que fiquem limpas e purificadas” (Cf. SARACENI; VIEIRA, 2014, p. 43).

As entidades trabalham diretamente com os médiuns e os consulentes (fiéis que visitam os terreiros), “situam-se a meio caminho entre a concepção dos deuses africanos do Candomblé e os espíritos dos mortos dos Kardecistas” (BARROS, 2013, p. 2). As entidades são espíritos de mortos e suas características pessoais são substituídas por um estereótipo, ou seja, não é a evocação de um indivíduo que já partiu, mas de uma representação de modelos sociais expressos nos médiuns. É por meio da possessão que as entidades se manifestam no corpo do médium, que assume os trejeitos da entidade e permite o encontro do coletivo com o individual, pois valoriza a participação do médium (individual) no ritual coletivo.

Os Orixás são entidades superiores com a função de comandar sua linha e, quando necessário, participa de trabalhos em terreiros. Eles não “baixam” sempre nos terreiros, mas ficam em vigília, sempre de guarda, caso necessitem de sua presença. Para Rosileide Silva, Orixás são “divindades que se relacionam e personificam as forças da natureza” (SILVA, 2015, p. 129). Na visão dos umbandistas, os orixás são espíritos que representam, por exemplo, a natureza, a força das águas através de Oxum; a sabedoria e destreza dos índios sendo representadas por Oxóssi e a grandeza do mar por meio de Iemanjá, dentre

muitos outros. Compreendem as sete linhas da Umbanda, que são: 1- Oxalá, 2- Ogum, 3- Oxóssi, 4- Xangô, 5- Iansã, 6- Iemanjá e 7- Linha das Almas.

Numa comparação, Oxalá é Jesus, também invocação de Nosso Senhor do Bonfim, representado pela cor branca. Ogum equivale a São Jorge, identificado pela cor vermelha. Oxóssi se equipara a São Sebastião por meio da cor verde. Xangô corresponde a São Jerônimo através da cor roxa. Iansã aparece como Santa Bárbara e a sua cor é amarela. Iemanjá, como Nossa Senhora da Conceição com a cor azul. E a Linha das Almas, “[...] que mantém sua unidade através das outras” (SOUZA, 1933, p. 52).

As sete linhas apresentam, com nitidez, a ressignificação das divindades de matrizes africanas em santos católicos. A linha de Oxalá é composta por trabalhadores humildes, espíritos de pretos de qualquer região e linha de trabalho, interligando-se às crianças. Ogum se caracteriza pela energia fluídica, caboclos e pretos da África; são os guerreiros que vencem as demandas. A linha de Oxóssi também apresenta grande potência fluídica, muito bem representada pela sabedoria dos índios brasileiros. Xangô pratica a caridade, priorizando sempre a justiça. A linha de Iansã é composta por desencarnados que em vida eram devotos de Santa Bárbara. Iemanjá são os trabalhadores do mar, marujos, tribos litorâneas e pessoas que morreram afogadas no mar. A sétima linha, que é das Almas, é composta pelos médiuns de “cabeça cruzada”, porque se submeteram a uma cerimônia de compromisso de ceder seu corpo sempre que necessário, para um espírito trabalhar. Contraíram obrigações e caso não as cumpra, são castigados. (Cf, SOUZA, 1933, p.53).

Os pontos cantados como forma ritualística da Umbanda, são muito importantes numa sessão, nos trabalhos de transe e possessões. A música era muito comum no período da escravidão, já no século XVI, os negros escravizados utilizavam de instrumentos musicais para acompanhar o ritmo da música, como, por exemplo, os atabaques. “Os pontos cantados são os cânticos ritualísticos acompanhados por percussão em atabaques consagrados e entoados pelos ogãs” (OLIVEIRA, 2018, p. 157).

Por contar a história de nossos antepassados, os pontos utilizam jogos de palavras e, às vezes, a rima, promovendo a comunicação com o mundo espiritual, possuindo ritmos e funções variadas. Sua poesia, constituída da palavra e seus ritmos cantados, conferem-lhe um poder mágico, sendo interpretados como uma forma de oração para direcionar as giras e auxiliar os guias em seus trabalhos. Assim, além de evidenciarem sua matriz centro-africana, eles apresentam as marcas adquiridas no seu caminho histórico, que é nosso caminho histórico, brasileiro (Cf. MOREIRA, 2008, p. 1).

Através dos pontos cantados, acontecem todos os trabalhos dentro de um terreiro. Os pontos podem servir como um meio de chamar as entidades ao trabalho, também para sustentar a entidade no corpo do médium, além de servirem para a despedida das entidades e dos trabalhos, tais como abrir e fechar a sessão, reverenciando filhos do terreiro ao altar e, principalmente, nos trabalhos de desenvolvimento dos fiéis, quando ocorre a incorporação, ou transe, “é na possessão que todo o edifício umbandista adquire sentido.” (BARROS, 2013, p. 3).

Importa lembrar sobre a repetição e as letras curtas que favorecem a memorização; são entoados o tempo todo, possivelmente, para que os frequentadores aprendam a letra e possam acompanhar, fortalecendo ainda mais as vibrações presentes no momento, seja de incorporação, desobsessão ou outros trabalhos presentes no local.

4 Conclusão

No combate à massificação, à homogeneização e à padronização cultural decorrentes da globalização cultural, é fundamental resgatar a diversidade de recursos simbólicos que origina identidade cultural, especialmente aos grupos minoritários. Assim, o patrimônio material e imaterial é uma forma de preservar, proteger os registros daquilo que foi mantido pela tradição e identificar um grupo e, com isso, respeitando e promovendo as diferenças culturais.

Dentre os elementos da Umbanda que fazem parte do patrimônio cultural material e imaterial, dando identidade ao povo negro, destaca-se o sincretismo religioso, que incorpora elementos de várias religiões, porém, por misturar várias crenças, apresenta uma religiosidade diferente daquelas que contribuíram para sua origem, como, por exemplo: o culto com todo o ritual, a defumação para purificação, as entidades também chamadas de guias espirituais”, que protegem quem pede proteção, a roupa branca usada pelos médiuns na cerimônia e, os pontos cantados acompanhados pelos atabaques, que são usados nos trabalhos de transe e possessões.

A Umbanda reúne elementos do Candomblé, Catolicismo, Kardecismo e das tradições indígenas, o que a torna patrimônio Cultural material e imaterial, visto toda a origem cultural, social e religiosa brasileira, sendo então, genuinamente brasileira e considerada como a religião de todos os povos, além de trazer a identidade dos negros escravizados como legado para as gerações mais jovens, o que desencadeia o respeito por essa cultura tão rica que deve ser preservada.

Hoje, a Lei 10.639/03 prevê a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas, sendo importante aprofundar os estudos sobre elementos que compõem a cultura material e imaterial da Umbanda, porém, a grande maioria dos professores não está preparada para fazer um trabalho consistente e efetivo em sala de aula, envolvendo a temática dos povos que foram escravizados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Andre Luiz Monteiro de. *A música sagrada dos ogãs no terreiro de Umbanda “Ogum Beira Mar e Vovó Maria Conga” da cidade de Goiânia de Itaberaí: Representações e identidades*, 2013. 127f. Dissertação (Mestrado em Música). Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

ALVES, Elder Patrick Maia. Diversidade Cultural, Patrimônio Cultural Material e Cultura Popular: a Unesco e a Construção de um Universalismo Global. *Revista Sociedade e Estado*, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 539-560, set./dez. 2010

- BARROS, Sullivan Charles. As entidades 'brasileiras' da umbanda e as faces inconfessado Brasil. *XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal, 2013.
- BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.
- BRASIL. Casa Civil. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília: Casa Civil, 2003. Disponível em: <http://eticoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2019
- BOFF, Leonardo. *Igreja: Carisma e Poder*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1981.
- CAMPOS, Luan Rocha de. *Muitas linhas de um mesmo riscado: a umbanda das zonas de contato*. 2017. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.
- CASTRO, Jackson Gomes de. *A formação de uma igreja sincrética: Igreja do Nazareno do Cabral*. 67 f. 2013. Dissertação (Mestrado)- Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2013. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/2444/1/Jackson%20Gomes%20de%20Castro.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2019.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Patrimônio Imaterial*. 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: 31 jan. 2020.
- LONDRES, Cecília. Referências culturais: base para novas políticas de Patrimônio. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*, Brasília, n. 2, p. 111- 120, 2001.
- LONDRES, Cecília. O patrimônio histórico na sociedade contemporânea. *Escritos Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa*, Rio de Janeiro, ano 1, n 1, p. 159- 171, 2007.
- MOREIRA, Carina. Metáforas da Memória e da Resistência: uma análise dos pontos cantados na Umbanda. In: *Anais do XI Congresso Internacional da ABRALIC*, São Paulo, 2008.
- MORAIS, Marcelo Alonso. O sincretismo religioso como elemento legitimador da umbanda: Uma Breve Reflexão a partir da obra Casa Grande e Senzala. *Revista Continentes (UFRRJ)*, Rio de Janeiro, ano 3, n.4, p.180-200, 2014
- NASCIMENTO, Alessandra Amaral Soares. Candomblé e Umbanda: práticas religiosas da identidade negra no Brasil. *RBSE*, [S. l.], v. 9, n. 27, p. 923-944, 2010.
- OLIVEIRA, Ana Paula Silva de. *Boa noite, pra quem é de boa noite! Os caminhos da malandragem nos pontos cantados de Umbanda*. 2018. 186 f. (Mestrado em literatura, cultura e contemporaneidade) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da PUC-RIO, 2018.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). *Patrimônio Cultural Imaterial*. 2017. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/intangible-heritage/>>. Acesso em: 31 jan. 2020.
- ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ROSSETO, Selma Correia. *Religiões de matriz africana / inclusão ou exclusão na disciplina de ensino religioso?* 2016. 237f. Dissertação (Mestrado Ciências das Religiões) Faculdade Unida da Vitória, Vitória, 2016.

SARACENI. *Os decanos: os fundadores, mestres e pioneiros da Umbanda*. São Paulo: Madras, 2003.

SARACENI, Rubens. *Consagrações umbandistas: livro de fundamentos*. São Paulo: Madras, 2013.

SARACENI, Rubens; VIEIRA, Lurdes de Campos. *Manual doutrinário, ritualístico e comportamental umbandista*. São Paulo: Madras, 2014.

SILVA, Reginaldo Conceição da. *Na gira da umbanda: exercício etnográfico sobre expressões de afrorreligiosidade na “fronteira e no Terreiro da Cabocla Jurema em Tabatinga, Amazonas*. 151 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, 2015.

SOUZA, Leal de. *O espiritismo, a magia e as sete linhas de Umbanda*. São Paulo: Brasiliense, 1933.

UMBANDA é declarada patrimônio imaterial do Rio. *G1*, Rio de Janeiro, 08 nov. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/11/umbanda-e-declarada-patrimonio-imaterial-do-rio.html>>. Acesso em: 31 jan. 2020.

VERDE, Michela. *Defumação... a origem*. 2019. Disponível em: <<https://mundolivreverde.wordpress.com/author/micheloverde/>>. Acesso em: 06 set. 2019